

A integração agroindustrial sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável: o caso da suinocultura brasileira

Alberto Abadia dos Santos Neto¹

Sérgio Sauer²

RESUMO

Pretende-se, com este artigo, fazer uma revisão bibliográfica, objetivando identificar a evolução histórica da construção do conceito de desenvolvimento até chegar ao que hoje se define como desenvolvimento sustentável, relacionando o conceito com o modelo contratual de integração produtor-indústria vigente na suinocultura. Partindo do princípio de que a integração agroindustrial é uma forte tendência para grande parte das cadeias produtivas do agronegócio, mostra-se necessário estabelecer mecanismos que contemplem as necessidades tanto do produtor, em termos de cobrir seus custos com a produção e adequação ambiental, quanto da agroindustrial que necessita de matéria-prima com qualidade e com padrões específicos de transformação. Neste sentido, o problema central que norteia este estudo é: como o estabelecimento desta integração agroindustrial contempla necessidades das partes e, ao mesmo tempo, preconizando dimensões do desenvolvimento sustentável como fator determinante para a vantagem competitiva dos atores ao longo da cadeia produtiva da suinocultura?

1. INTRODUÇÃO

A produção de suínos no Brasil iniciou uma nova fase a partir do final da década de 1980 e início dos anos 1990 a produção deixa de lado o chamado porco banha, avançando em seu desempenho sobre as questões técnicas e comerciais. Nos últimos 20 anos, a cadeia produtiva de suínos aumentou a produção de carne em mais de um milhão de toneladas, fechando o ano de 2010 com quase quatro milhões de toneladas produzidas, e consolidando o país como o quarto maior produtor e quarto maior exportador mundial de carne suína (ABIEPCS, 2010).

A suinocultura nos Estados brasileiros, principalmente nos da região Sul, torna-se representativa nos efeitos multiplicadores de renda e emprego em todos os elos desta cadeia, intensificando a demanda de insumos agropecuários e a expansão e modernização dos setores de comercialização e agroindústria. Como atividade rural predominante nas pequenas propriedades, é responsável por empregar significativamente mão de obra familiar, constituindo uma importante fonte de renda e de estabilidade social no campo e com reflexos positivos meio urbano. A produção de suínos exerce, conforme já mencionado, influência direta nas cadeias produtivas do milho, da soja, e avanços genéticos na espécie animal, visando o seu fortalecimento e os

¹ Gestor do Agronegócio pelo Universidade de Brasília

² Professor Doutor da Faculdade UnB Planaltina

elementos intrínsecos nos parâmetros exigidos na segurança alimentar (ROESLER, CESCNETO, 2004).

No que se refere a alguns aspectos do desenvolvimento sustentável, podemos fazer relação da atividade da suinocultura com as questões da poluição ambiental e os benefícios econômicos gerados pelas regiões produtoras do país e , identificando em que medida a atividade tem se preocupado com um desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual em termos de oferta de proteína animal de qualidade, preservação do meio ambiente, bem com acesso à renda, por parte dos produtores, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. Com um desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

O intenso crescimento econômico ocorrido durante a década de 1950 não se traduziu necessariamente em maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais, como ocorrera nos países considerados desenvolvidos. A começar pelo acesso à saúde e à educação (VEIGA, 2008). No caso da suinocultura, o acesso ao mercado internacional, por exemplo, não garantiu a melhoria e a amenização dos prejuízos causados pelas drásticas oscilações de preços no mercado interno.

Nesse sentido, mostra-se necessário avaliar o quanto o processo de mudança na estrutura da suinocultura brasileira para um modelo tecnológico e de base contratual produtor-indústria, tem considerado os impactos econômicos, sociais e ambientais em seu processo de implementação e desenvolvimento.

Para Rohenkohl (2007), a integração produtiva pode assumir várias formas, desde a integração vertical propriamente dita, com uma empresa detendo a propriedade dos ativos utilizados nas várias etapas de produção-transformação-distribuição, até contratos e relações comerciais e produtivas mais frouxas.

O processo de consolidação das condições contratuais entre indústria-produtor pode ser uma forma de dinamizar e possibilitar aspectos positivos que possam promover o desenvolvimento, mas como podemos identificar na suinocultura uma atividade que pode ser, ou já é, sustentável (economicamente e ambientalmente)?

Diante destas perspectivas, de que a atividade da suinocultura, tem relevância social e econômica, pretende-se com este artigo analisar do ponto de vista histórico da evolução dos conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável o modelo de integração agroindustrial da suinocultura brasileira.

O presente artigo está estruturado, após a introdução, com uma sessão que abrange as referências que embasaram a discussão do estudo, seguido pela conceituação

do agronegócio, posteriormente discutisse questões sobre governança em geral e no setor da suinocultura e, por fim, as considerações finais e conclusivas do estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. REGASTE HISTÓRICO: O CAPITALISMO

O desenvolvimento do capitalismo é abordado em várias obras de Karl Marx, entre as mais representativas e críticas, encontra-se *O Capital: crítica da economia política*, ao defender que o dinheiro se transforma em capital, quando se produz mais-valia com capital e mais capital com mais-valia. Ou seja, a acumulação primitiva, conforme defendido pelo autor, pressupõe a necessidade de que a elite capitalista acumule capital e que o proletário, não tendo nada mais a oferecer, ofereça sua força de trabalho, para que no futuro, quando tudo estiver estabilizado, inicia-se o processo de divisão de riquezas. Para Marx, por causa deste pensamento e direcionamento, a grande massa é pobre, tendo apenas a força de trabalho para vender, enquanto cresceu continuamente a riqueza de poucos.

No caso da agricultura, na Inglaterra, a acumulação primitiva, se deu via expropriação de camponeses, ou seja, houve a necessidade de separar as pessoas dos meios de produção, o que acarretava na liberação de mão-de-obra e quanto maior a oferta, menor são os salários.

Max Weber em sua obra: *A ética protestante e o espírito do capitalismo* defende que o entendimento sobre o “espírito” do capitalismo, nasce à medida que as pessoas passam a analisar que o controle de entradas e saídas financeiras passa a ser uma forma de organização do capital, o autor apresenta um texto escrito por Benjamin Franklin:

Lembra-te que crédito é dinheiro. Se alguém me deixar ficar com seu dinheiro depois da data do vencimento, está me entregando os juros ou tudo quanto nesse intervalo de tempo ele tiver rendido para mim. Isso atinge uma soma considerável se a pessoa tem bom crédito e dele faz bom uso (WEBWR, 1920, p.43).

Segundo, Giddens (1998), há poucas relações intelectuais na literatura sociológica tão difíceis de interpretar como a existente entre os escritos de Karl Marx e os de Max Weber. Para o autor, o fato crucial para a diferenciação foi o fator da época de análise de cada um. Não deve-se apenas considerar que os trabalhos de Weber forma em cima da refutação das teses de Marx.

Ironicamente com a rejeição da análise de Marx do capitalismo contemporâneo e de suas esperanças ulteriores na forma futura de uma sociedade radicalmente nova. Marx, que escreveu uma geração antes de Weber, acreditava que o capitalismo poderia ser e seria superado por uma

nova forma de sociedade. Weber escreveu com a percepção de ter testemunhado a formação do capitalismo industrial na Alemanha em circunstâncias muito diferentes das da Inglaterra ou da França. O reconhecimento desse fato por Weber foi um elemento, no interior do seu pensamento, que lhe permitiu, apesar de recorrer a Marx, escapar da camisa de força que os seguidores de Marx do Partido Social Democrático buscaram impor à história, em nome do materialismo histórico (GIDDENS, 1998, p. 94).

Talvez uma das principais diferenças apontadas e percebidas em relação ao capitalismo, entre Marx e Weber, seria a questão em que Marx defende que o capitalismo surge diante da acumulação primitiva em que o comportamento oportunista da burguesia usufruía da mão-de-obra do proletário para gerar riquezas. Mas para Weber, a ótica do povo protestante era de que o trabalho era um dever, uma vocação. Não visando o ganho material como o objetivo final. Como consequência, os trabalhadores protestantes adaptavam com facilidade ao mercado de trabalho, também eles acumulavam capital já que a pregação de uma vida regada e sem usura era predominante. Ao acumular capital, faziam poupança ou criavam seus próprios negócios como reinvestimento produtivo.

As contribuições de Marx e Weber são determinantes para o entendimento da evolução histórica do capitalismo. As diferentes vertentes e períodos possibilitam entender que o processo de consolidação dos modelos de capitalismo, ainda hoje vistos na sociedade, são de relevância até mesmo para compreender o cenário contemporâneo, em torno dos avanços da economia moderna.

Para Ianni (2004), a globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, mas este processo de evolução das relações, sociais e econômicas, começaram a ser expressas por Marx e Weber, em décadas passadas e ajudam a compreender, hoje, este modelo de produção e processo civilizatório de alcance mundial, que tornou-se um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações.

O conceito de globalização começou a ser empregado desde meados da década de 1980, em substituição a conceitos como internacionalização e transnacionalização. Originalmente, esta ideia era sustentada por setores que defendiam a maior participação de países em desenvolvimento, em especial os NICs (New Industrialized Countries) Latino-Americanos e Asiáticos em uma economia administrada internacionalmente. Somente ao fim da década de 1980 e, particularmente, na década de 1990 é que o termo

globalização veio a ser empregado principalmente em dois sentidos: um positivo, descrevendo o processo de integração da economia mundial; e um normativo prescrevendo uma estratégia de desenvolvimento baseado na rápida integração com a economia mundial (PRADO, 2001).

Ao longo das últimas décadas, pós Segunda Guerra Mundial, as nações viveram um processo de industrialização, forçado pelas potências precursoras na revolução industrial iniciada em países europeus. A globalização dos mercados e consequente acesso à informação, possibilitaram que países da Ásia, latino-americanos e africanos ingressaram na modernização industrial e começaram a investir em políticas de substituição de importações.

Aos poucos, a grande maioria da população assalariada mundial se vê envolvida no mercado global, um mercado em que se movem compradores e vendedores de força de trabalho, mercadorias, valores de uso e valores de troca. São transações que multiplicam e generalizam os dinamismos das forças produtivas e relações de produção, propiciando uma acumulação acentuada e generalizada do capital, em âmbito mundial (IANNI, 2004).

Para Antunes (1999), uma noção ampliada de classe trabalhadora, refletindo a diversidade da transação dos produtos e serviços proporcionados pelo início da globalização dos mercados, inclui todos aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. A classe trabalhadora assume, no contexto do capitalismo atual, uma dimensão decisiva, dada pelo caráter transnacionalizado (ou globalizado) do capital e de seu sistema produtivo.

Assim, o capital é um sistema global interligado entre empresas, trabalhadores e instituições. Novas regiões industriais emergem e algumas desaparecem, além de cada vez mais as empresas se tornarem multinacionais, com a implantação de plantas fabris, escritórios e centros de distribuição em diferentes países.

Este resgate histórico possibilita compreender de que modo e as questões econômicas e sociais eram debatidas, em detrimento à época e contexto instalado nestes momentos da sociedade. Neste sentido é possível interligar, de modo geral, como as discussões evoluíram até chegarmos às discussões das sociedades modernas, portanto, veremos na próxima sessão, de acordo com os tempos relevantes em determinados

períodos da história contribuíram para a emergência do termo desenvolvimento sustentável.

2.2. DO CRESCIMENTO ECONÔMICO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A teoria do crescimento econômico tem mostrado como a economia pode exibir taxas de crescimento endógeno, isto é, que dependem fundamentalmente de parâmetros ligados à tecnologia e às preferências dos agentes. Estes modelos, em geral, possuem duas características: (i) ênfase nos fatores ligados a oferta e; (ii) uma relevância reduzida dos fatores financeiros como geradores do crescimento econômico.

No final da década de 1960, e início da década de 1970, surgiu uma literatura que apontava para a existência de uma relação positiva entre o desenvolvimento financeiro e o crescimento de longo-prazo. O desenvolvimento financeiro consiste na melhoria do desempenho dos mercados financeiros no exercício de suas funções, a saber: agregação de poupanças, seleção de projetos de investimento e monitoramento do uso de recursos (STIGLITZ, 1989, p.56).

Oreiro *et al.* (2010), ao estudarem a relação entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico, identificaram na literatura sobre o tema que, em primeiro lugar, um maior desenvolvimento do setor financeiro, notadamente dos bancos comerciais, tem um impacto positivo sobre o crescimento econômico ao aumentar a eficiência da alocação de recursos. O efeito do desenvolvimento financeiro sobre a poupança e a acumulação de capital é tido como negligenciável, ou até mesmo negativo.

Um segundo ponto ressaltado pela literatura em questão é que o desenvolvimento financeiro nem sempre resulta de políticas de liberalização financeira, ao contrário do que foi estabelecido pela assim chamada “hipótese de repressão financeira”, de Shaw e McKinnon (1973). Com efeito, a literatura teórica e empírica aponta para a possibilidade de que políticas de repressão financeira e de direcionamento de crédito atuem no sentido de estimular o desenvolvimento financeiro, o que tem impacto positivo sobre o crescimento de longo-prazo.

Para Smith (1776), o determinante econômico fundamental do crescimento econômico é a taxa de formação de capital. A taxa de crescimento econômico é proporcional à sua taxa de investimento. Os principais elementos a serem considerados ao analisar taxas de crescimento econômico residem em: níveis de acumulação de

capital, crescimento populacional e produtividade de mão-de-obra. Smith reconheceu a existência de três fatores de produção: trabalho, capital e terra.

O índice econômico que mede os níveis de crescimento de uma economia é Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos em um país durante certo período. O índice só considera os bens e serviços finais, de modo a não calcular a mesma coisa duas vezes, por exemplo, a matéria-prima usada na fabricação não é levada em conta. No caso de um pão, a farinha de trigo usada não entra na contabilidade. Os fatores que influenciam a variação do PIB são: consumo da população, taxas de juros, investimentos de empresas privadas, gastos do governo e o saldo da balança comercial.

No debate sobre o desenvolvimento, termos como *capital humano*, *capital físico* ou *natural* são por demais conhecidos. Capital social, no entanto, continua para muitos um conceito extremamente vago, um conceito *passe-partout*, que pode ser aplicado a certas situações onde interações sociais positivas se produzem (SACHS, LAGES; 2001).

Sachs e Lages (2001), definem alguns elementos constitutivos desse conceito, ao referi-lo como a capacidade das pessoas de uma dada sociedade: (i) de subordinar interesses individuais aos de grupos maiores; (ii) de trabalhar juntas visando a objetivos comuns ou ao benefício mútuo; (iii) de se associar umas às outras e formar novas associações; (iv) de compartilhar valores e normas tanto para a formação de grupos e organizações estáveis, quanto para constituir, compartilhar a gestão e, em suma, viver em sociedade; e (v) De viver em comunidade, interagindo socialmente de modo a criar e manter contextos onde se manifeste um *ethos* de comunidade.

O conceito de Capital Social proposto pelo autor é, portanto, na verdade, muito simples, em que tudo depende de padrões de organização e modos de regulação. Resumindo mais ainda, existe uma propensão básica do ser humano para cooperar; para cooperar espontaneamente (FRANCO, 2001).

Segundo Harper (2002), a discussão sobre capital social foi uma nova variável demandada pelo Banco Mundial, que procurou alinhar o conceito com as discussões relacionadas ao desenvolvimento sustentável nas sociedades em desenvolvimento. Considerou (por que é o BIRD, não?) importante o capital social no contexto do desenvolvimento, porque as pessoas que trabalham em agências e instituições desempenham um papel importante na tentativa de envolver comunidades locais nos projetos de desenvolvimento.

De acordo com Frey (2001), o debate acerca do desenvolvimento sustentável, que ganhou contornos globais com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro (Rio'92 ou ECO'92), e no ano de 2012 ratificado com a realização da Rio+20, foi resultado de uma inquietação que parece ter atingido todo o planeta, não obstante a multidimensionalidade e as graves divergências existentes entre os diversos grupos e interesses que fazem parte deste suposto novo movimento histórico transnacional. Em contraposição, a disseminação do neoliberalismo em todas as partes do mundo trouxe de volta um clima favorável ao economicismo e um discurso público irrefletido e míope que propaga um crescimento econômico desenfreado e privilegia a questão da geração de emprego a qualquer custo, em detrimento das preocupações acerca da sustentabilidade que prevaleceram no mundo.

O conceito de desenvolvimento sustentável é um conceito normativo que surgiu com o nome de ecodesenvolvimento no início da década de 70. Ele surgiu num contexto de controvérsia sobre as relações entre crescimento econômico e meio ambiente, exacerbada principalmente pela publicação do relatório do Clube de Roma que pregava o crescimento zero como forma de evitar a catástrofe ambiental. Ele emerge deste contexto como uma proposição conciliadora, onde se reconhece que o progresso técnico efetivamente relativiza os limites ambientais, mas não os elimina e que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para a eliminação da pobreza e disparidades sociais. O tempo jogou a favor de uma ampla aceitação desta proposição, mas que, por esta ser basicamente normativa, não foi capaz de eliminar as divergências quanto à sua interpretação (ROMEIRO, 2001).

As dificuldades desse entendimento revelam-se não apenas nas incontáveis definições de desenvolvimento sustentável, como também nas diferenças de interpretação de uma mesma definição. No Relatório Brundtland (CMMAD, 1988), laborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que apontou a incompatibilidade com o desenvolvimento sustentável dos padrões de produção e consumo vigentes, por exemplo, defendeu que o desenvolvimento sustentável é basicamente como “que satisfaz as necessidades atuais sem sacrificar a habilidade de o futuro satisfazer as suas”.

O conceito de desenvolvimento sustentável é um enfoque de desenvolvimento socioeconômicos orientado para: a satisfação de necessidades básicas; o

reconhecimento do papel fundamental que a autonomia cultural desempenha nesse processo de mudança; e oferecer um conjunto de critérios para se avaliar a pertinência de ações mais específicas (SACHS, 1992).

No que se refere a agricultura, o Brasil é, hoje, um dos grandes exportadores mundiais de commodities como soja, açúcar, álcool, laranja, frango, carne vermelha, café e fumo, entre outras. Da exportação de produtos do setor primário depende fortemente a economia do país, o que é, na verdade, uma de nossas marcas mais antigas e contínuas (GRYNSPAN, 2009).

Com o processo de democratização da sociedade brasileira na década de 1980, segundo Delgado (2009), o país revitalizou seu movimento sindical, surgiram novos movimentos sociais no campo, mudaram os personagens e as demandas do mundo do trabalho rural e começou a ser elaborada uma crítica contundente ao modelo de modernização agrícola adotado, conhecido internacionalmente como revolução verde. Deste modo o agricultara brasileira evolui seguindo altos níveis de investimentos em mecanização e com uso intensivo de defensivos, agrotóxicos e fertilizantes agrícolas, que possibilitaram ao país atender a demanda mundial por commodities. Ótica pela qual o termo agronegócio é inserido no país.

2.3.AGRONEGÓCIO

O termo agronegócio (*agribusiness*) tem sua origem vinculada aos trabalhos de Davis e Goldberg (1957 *apud* BATALHA, 2007), sendo definido como

a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles (BATALHA, 2007, p.27).

O estudo formal das relações da agricultura com os demais setores da economia tem no trabalho de Davis e Goldberg (1957) uma das mais importantes contribuições, pois foi a partir do conceito de *agribusiness* proposto pelos autores que inúmeros trabalhos foram realizados em diferentes países, tendo como foco de análise não mais a agricultura como um setor isolado da economia, mas como parte de um sistema composto por setores a montante e a jusante da produção agrícola (COSER, 2010).

Durante a década de 1960, difundiu-se no âmbito da escola industrial francesa a noção de *analyse de filière*. Embora o conceito de *filière* não tenha sido desenvolvido especificamente para estudar a problemática agroindustrial, foi entre os economistas

agrícolas e pesquisadores ligados aos setores rural e agroindustrial que ele encontrou seus principais defensores. Com o sacrifício de algumas nuances semânticas, a palavra *filière* foi traduzida para o português pela expressão *cadeia de produção* e, no caso do setor agroindustrial, *cadeia de produção agroindustrial*, ou simplesmente cadeia agroindustrial (BATALHA, 2007).

Ainda, segundo Batalha (2007), a literatura francesa utiliza em vez de Sistema Agroindustrial, a denominação de Sistema Agroalimentar. Entende-se que o Sistema Agroalimentar está contido no Sistema Agroindustrial. Conservar a denominação apenas como Sistema Agroalimentar implicaria excluir todas as firmas agroindustriais (madeira, fibras vegetais, couro etc.) que não têm como atividade principal a geração de alimentos e, desta forma, o conceito de Sistema Agroindustrial é mais amplo.

No que se refere à cadeia de produção, Batalha (2007) defende que esta pode ser segmentada de jusante a montante, em três macrossegmentos:

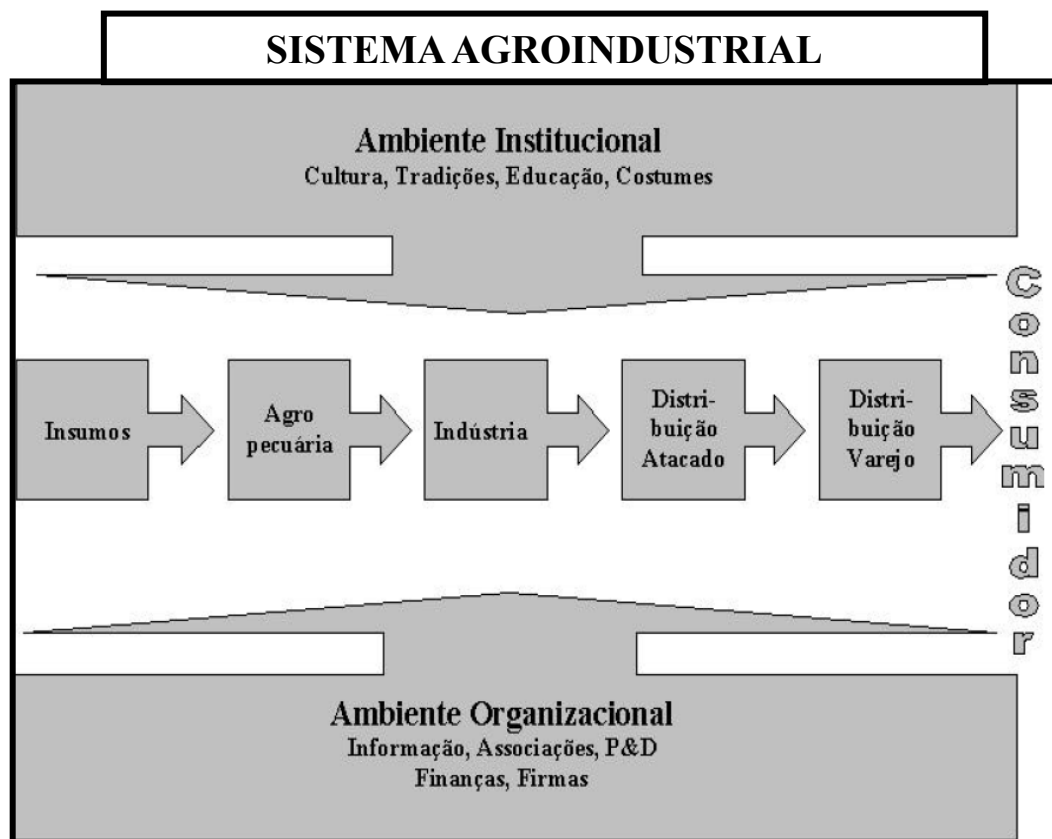
- A. Comercialização: representa as empresas que estão em contato com o cliente final da cadeia de produção e que viabilizam o consumo e o comércio dos produtos finais (supermercados, mercearias, restaurantes, cantinas, etc.).
- B. Industrialização: representa as firmas responsáveis pela transformação das matérias-primas em produtos finais destinados ao consumidor. O consumidor pode ser uma unidade familiar ou outra agroindustrial.
- C. Produção de Matérias-Primas: reúne as firmas que fornecem as matérias-primas iniciais para que outras empresas avancem no processo de produção do produto final (agricultura, pecuária, pesca, piscicultura, etc.).

Além destes listados, o setor de produção de insumos poderia entrar como quarto macrossegmento, responsável pelo atendimento da demanda dos produtores rurais, que por sua vez são responsáveis por atender à demanda da indústria.

Percebe-se, pela Figura 1, que o agronegócio é visto como a cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários e pela sua transformação, até o seu consumo. Essa cadeia incorpora todos os serviços de apoio: pesquisa e assistência técnica, processamento, transporte, comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, distribuidores, industrialização e o consumidor final. O valor agregado do complexo

agroindustrial passa, obrigatoriamente, por cinco mercados: o de suprimentos; o da produção propriamente dita; o do processamento; o de distribuição; e o do consumidor final (GASQUES *et al.*, 2004).

Figura 1 - Cadeia do Agronegócio



Fonte: Zylbersztajn e Farina (1997, *apud* GASQUES. *et al.* 2004)

2.3.1. GOVERNANÇA DOS SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS

A ruptura da agricultura vista como um setor isolado para uma abordagem de cadeia produtiva como componente de um sistema agroindustrial requer formas de análises que sejam capazes de conectar o sistema produtivo, levando em consideração os aspectos relativos aos agentes econômicos e ao ambiente organizacional e institucional (ZYLBERSZTAJN, 2005).

Nesse sentido, a Nova Economia Institucional (NEI) é utilizada como base teórica para compreensão dos sistemas agroindustriais, uma vez que propõe um novo papel para as firmas como estruturas das relações econômicas, bem como ressalta a importância que desempenham as instituições no desenvolvimento econômico.

A Nova Economia Institucional (NEI) aborda o papel das instituições sob duas instâncias de análise distintas: as macroinstituições (ambiente institucional) e as microinstituições (estruturas de governança). As macroinstituições referem-se ao conjunto de normas, leis, organizações e regimes que regulam o sistema econômico através do ambiente organizacional. As microinstituições correspondem às estruturas de governança que regulam uma transação específica entre os agentes econômicos, como contratos e normas das organizações ou entre as envolvidas (AZEVEDO, 2000).

Diante do exposto, a Estrutura de Governança caracteriza-se como “um conjunto de regras (instituições) – tais como contratos entre particulares ou normas internas às organizações – que governam uma determinada transação” (FARINA, 1999).

Sistemas de governança nada mais são do que mecanismos de coordenação que permitem lidar com uma dimensão fundamental do *agribusiness*, ou seja, a dimensão temporal, associada à perecibilidade dos produtos e à sincronicidade da produção, envolvendo vários agentes (SIFFERT FILHO; FAVERET FILHO, 1999).

Com relação a análises de estruturas governança, a atividade da suinocultura brasileira apresenta-se como uma atividade agroindustrial que compreende inúmeras relações de poder e subordinação entre produtor e indústria que possibilitam debater a governança na estruturação desta cadeia produtiva.

2.3.2. GOVERNANÇA NA SUINOCULTURA

De acordo com a ABIPECS (2010), o Brasil possui fortes vantagens competitivas na produção e comercialização de suínos, sendo elas: sistema de produção – integração vertical - tecnologicamente atualizado; mercado interno competitivo; institutos de pesquisa; empresas com marcas mundialmente conhecidas; condições climáticas ideais para a produção; e soja e milho disponível para a alimentação. Além disso, possui uma área maior que 4 milhões de Km² e PIB superior a US\$ 500 Bilhões, situação em que só os Estados Unidos e a China compartilham atualmente.

A garantia no suprimento de matéria prima em quantidade, qualidade e regularidade para o abastecimento da indústria frigorífica, e a necessidade de maior segurança na comercialização para os produtores, foi determinante para o avanço de sistemas que permitam maior interação entre diferentes elos de uma mesma cadeia. Dentro das diferentes possibilidades existentes, os contratos de integração de suínos se

destacaram, proporcionando melhor coordenação entre a produção e o mercado, e possibilitando um rápido crescimento da atividade (COSER, 2010).

Contrato de integração de suínos é a denominação mais utilizada para o sistema de coordenação da produção baseado no acordo formal entre produtores de suínos e agroindústrias. Tomando como base a teoria da Nova Economia Institucional, este sistema é classificado como uma forma híbrida, também denominada simplesmente de “governança contratual” (COSER, 2010).

A possibilidade de oportunismo pelo envolvimento de ativos de alta especificidade, as mudanças no ambiente institucional ou organizacional, a divisão dos riscos, a busca por uma relação mais equitativa e as exigências do mercado, são alguns dos fatores que implicam em possibilidades de alterações nos acordos firmados entre produtores de suínos e agroindústrias.

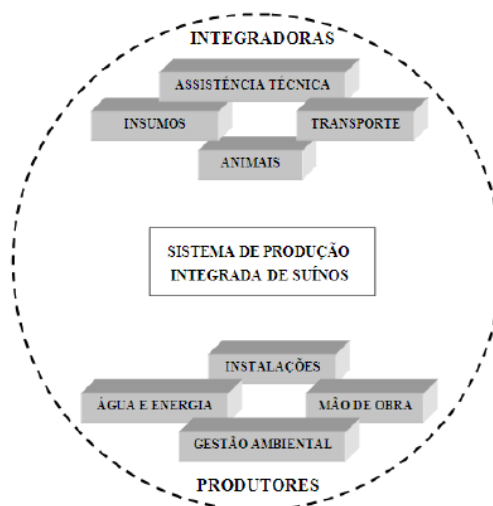
Paiva (2007) descreve da seguinte maneira as características básicas dos contratos agroindustriais vistos sob um enfoque econômico. A partir de uma análise econômica, podem ser individualizadas três características básicas dos contratos de integração vertical agroindustriais:

- a) Repartição dos riscos e até mesmo a redução ou anulação de alguns destes, seja para o produtor, quanto à colocação dos seus produtos no mercado, seja para a indústria quanto ao fornecimento regular de matéria-prima de qualidade.
- b) Concernente à multiplicidade e à particularidade das formas de remuneração acordadas pelas partes.
- c) Característica desses contratos é representada pela renúncia por parte do produtor agrícola (via de regra é sobre a indústria que recai a maior parte do poder de decisão) de parcela dos seus poderes de autodeterminação em favor do integrador, através da assunção de obrigações, dentre as quais a mais comum é a de submeter-se às regras técnicas, ao controle, à produção exclusiva de determinados bens determinada pela indústria.

O agronegócio da suinocultura, portanto, é uma atividade que tem representatividade e importante papel para o país. A cadeia é, sobretudo, dominada pela governança exercida pelas agroindústrias mediante contratos de “parcerias” com os

produtores, a Figura 2, ilustra de maneira geral quais são as responsabilidades do produtor e indústria definidas nestes contratos.

Figura 2 - Ambiente de Formação de Contratos de Integração de Suínos



Fonte: COSER (2010, p. 66).

Coser (2010), ao estudar uma amostra de 14 contratos de integração na suinocultura do Brasil, das principais indústrias do setor, identificou que nesta estrutura de governança os produtores assumem as despesas de investimento, mão de obra e meio ambiente, enquanto as integradoras assumem as despesas com rações e animais, assistência técnica e estrutura logística.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Max Weber, o capitalismo existe onde quer que se realize a satisfação das necessidades de um grupo humano, com caráter lucrativo e por meio de empresas. Ele estabeleceu como condição prévia para a existência do capitalismo moderno, a contabilidade racional do capital, como norma para todas as grandes empresas lucrativas que se ocupam das necessidades cotidianas. Para Marx, as condições de produção do sistema capitalista obrigam o trabalhador a vender mais tempos de trabalho do que o necessário para produzir valores equivalentes às suas necessidades de subsistência.

A utilização da integração agroindustrial na suinocultura, objeto de análise do presente artigo, tem no setor uma história de mais de 50 anos de experiência, onde pode-se observar as ideias defendidas por Weber. O sistema de produção integrada de suínos foi o meio encontrado pela agroindústria para garantir o fornecimento de matéria prima em quantidade, qualidade e regularidade na oferta e consequente lucratividade

dos mesmos. De acordo com Coser (2010), os sistemas de integração foram iniciados a partir de acordos tácitos entre produtores de suínos e pequenos frigoríficos regionais. Mas atualmente os contratos de integração de suínos são acordos complexos, que coordenam diversos aspectos da produção, garantem segurança de fornecimento de matéria prima à agroindústria e oferecem garantia na comercialização aos produtores.

As ambiguidades encontradas na constituição dos contratos produtor-agroindústria na suinocultura residem principalmente com relação ao modo de distribuição dos direitos de propriedade entre as partes, ao sistema de remuneração do integrados, à escala de produção envolvida, à localização geográfica da produção, ao momento econômico da atividade, entre outras. De modo geral, os acordos contemplam o modo de divisão dos ativos compartilhados entre as partes; o sistema de fornecimento de insumos, tecnologia e assistência técnica; a definição do sistema de produção; o padrão de remuneração do integrado; o prazo de vigência e as possibilidades de rescisão são todos aspectos definidos apenas pela agroindústria.

As mudanças relacionadas ao ambiente organizacional, como a concentração empresarial por parte das agroindústrias e o aumento das escalas de produção por parte dos integrados; as alterações impostas pelo ambiente institucional, que impõem regras mais rígidas de produção em relação aos aspectos ambientes, sociais, de segurança dos alimentos e bem-estar animal; e o aumento das exigências dos consumidores externos e internos; são todos fatores que aumentarão a complexidade desta relação de negócios, e muito provavelmente induziram uma mudança na agenda dos participantes desta relação.

No que se refere às divergências que produtores e agroindústrias possuem a respeito dos contratos de integração de suínos, sobretudo no que diz respeito ao equilíbrio das partes nesta relação de negócios, os contratos de integração têm se mostrado eficientes na coordenação técnica. Se este modelo eventualmente pode ser considerado pouco equitativo, ao mesmo tempo podem ser considerados extremamente eficientes do ponto vista econômico, como mostram os dados de crescimento do setor.

Ao mesmo tempo é possível identificar pequenos produtores que não estão inseridos neste contexto. São produtores, muitas vezes, que deveriam produzir um animal, que mais tarde tornaria a proteína animal da família, com padrões de qualidade que garantissem esta relação, porém estes pequenos agricultores desprovidos de qualquer tipo de assistência técnica e/ou orientação sobre a produção e sem. Muito

menos, acesso a qualquer tipo de crédito não conseguem ter uma boa relação econômica e ambiental com a produção.

A produção de suínos no país vive, atualmente, uma das maiores crises provocada, principalmente, pela sua estrutura de governança dominada pela agroindústria, mediante os contratos de integração, o oligopólio formado pelo setor causa danos sociais e econômicos, em regiões do Sul do país que sempre tiveram tradição na produção de suínos. Cada vez mais produtores migram, devido a insatisfação com os retornos financeiros, para outras atividades agropecuárias que, em geral, dependem de investimentos nas especificidades de culturas que não são a vocação da região.

A gestão de resíduos gerados pela suinocultura trouxe nos últimos anos, vantagens competitivas aos produtores que a fazem de forma correta. A utilização de sistemas como cama sobreposta, lagoa de tratamento de dejetos e biodigestores, possibilitam tais vantagens frente aqueles produtores que não adotam estas tecnologias.

A criação de suínos em confinamento tem potencial para poluir, essa característica se deve, fundamentalmente, à composição química dos dejetos e quando estes são lançados ao solo, cursos ou fontes de água, sem o adequado tratamento podem contaminá-los. Esses dejetos devem passar pelo tratamento adequado, pois desta forma pode-se evitar os problemas citados, fazendo necessária uma reciclagem de dejetos, dentro dos princípios da preservação ambiental. A dimensão econômica do desenvolvimento sustentável integra aspectos de competitividade e viabilidade em relação à capacidade tecnológica de produzir.

Com a reciclagem dos dejetos de suínos e uso de biofertilizantes nas áreas agrícolas, é possível o retorno econômico. Os sistemas de produção e o grau de especialização das unidades, buscam a viabilidade e o alcance social da suinocultura no desenvolvimento sustentável.

Em contrapartida o acesso a estas tecnologias, também, estão relacionadas ao poder aquisitivo dos produtores, empresas de tecnologias à proteção do meio ambiente criam mecanismo de incentivo aos produtores para adquirirem seus produtos, mas este acesso é limitado e ainda não atinge grande parcela dos suinocultores brasileiros.

Em linhas gerais, a suinocultura é uma atividade econômica agropecuária que emprega e gera renda a diversas comunidades do país concentradas no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país e, atualmente, avança na fronteira da região Nordeste. Ambientalmente, mostra-se como uma atividade de alto risco, vista a toxidade dos

dejetos dos animais, de modo que a qualidade da carne está associada a investimentos em tecnologias que possibilitem uma produção limpa e livre de riscos de contaminação.

Por fim, para responder a questão central deste artigo seria necessário acompanhar fluxos econômicos, distribuição dos resultados financeiros entre os atores que compõem esta cadeia produtiva, os níveis de satisfação com a atividade dos produtores e de suas famílias, a destinação de dejetos dos animais e etc., ou seja, analisar o equilíbrio da atividade entre a região de produtora, a comunidade local e meio ambiente. Em caso de uma análise positiva a atividade encaminha-se para um desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIEPCS. **Associação Brasileira das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Carne Suína**. Disponível em: <www.abiepcs.org.br>. Acesso em: 03 Jun. 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

AZEVEDO, P. F. Nova Economia Institucional: Referencial Geral e Aplicações para a Agricultura. **Agricultura São Paulo**, v.47, n.1, p. 33-52, 2000.

BATALHA, Mário O. **Gestão Agroindustrial**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

COSER, F. J. **Contrato de integração de suínos: formatos, conteúdos e deficiências da estrutura de governança predominante na suinocultura brasileira**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade de Brasília, 2010.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957.

DELAGADO, N. G. **O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula**. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasil Rural em debate. Brasília, CONDRAF/MDA, 2010.

FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e Coordenação de Sistemas Agroindustriais: Um Ensaio Conceitual. **Revista Gestão & Produção**, vol. 6, nº.3, p. 147-161, dez. 1999.

GASQUES, J.G. *et al.* Desempenho e Crescimento do Agronegócio no Brasil. In.: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, IPEA. Nº 1009, Brasília, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e Teoria Social: Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo. Editora da Unesp, 1997.

GRYNSPAN, Mário. **A afirmação do agronegócio: novos agentes e representações do rural**. Anais do XXXIII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2009.

HARPER, R. The measurement of Social Capital in the United Kingdom. **Office for National Statistics**. September, 2002.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilizações brasileiras, 2004.

KLAUS, F. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade** - Ano IV – n. 09, 2001.

MARX, KARL. **O Capital: Crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980, Livro 1, vol. 2.

MCKINNON, R.I. Money and Capital in Economic Development. **Brookings Institution**, Washington, 1973.

OREIRO, J. L. et al., Desenvolvimento financeiro e crescimento econômico: teoria e evidência. Sección de Estudios del Desarrollo, Santiago de Chile, outubro do 2010.

PAIVA, N. S. Contornos Jurídicos e Matizes Econômicas dos Contratos de Integração Vertical Agroindustriais no Brasil. In: _____. **XI Conferencia Anual da ALACDE**, 2007, Brasília.

PEREZ, L. H. Evolução das exportações de carne suína. In.: **Informações Econômicas**, v.36, n.8, São Paulo: FGV, Ago. 2006.

PRADO, L. C. D. **Globalização: notas sobre um conceito controverso**. UFRJ, 2001.

ROHENKOHL, J. E. A Integração Produtiva entre Agropecuária e Agroindústria: uma discussão introdutória em torno da Suinocultura, **Revista Economia e Desenvolvimento**, n. 19, 2007.

ROMEIRO, A. R. **Economia ou economia política da sustentabilidade?** Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 102, set. 2001.

SACHS, Ignacy & LAGES, V. N. **Conferencia Regional sobre Capital Social y Pobreza**. Organizadores: Cepal Y Universidad Del Estado De Michigan Santiago, Chile 24 A 26 De Septiembre De 2001.

SIFFERT FILHO, N.; FAVERET FILHO, P. **O Sistema Agroindustrial de Carnes: Competitividade e Estruturas de Governança**. Campinas, 1999.

STIGLITZ, J. “Financial markets and development”. **Oxford Review of Economic Policy**, Vol. 5, N.4. 1989.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 3ª edição. Rio de Janeiro, Garamond, 2008.

WEBER, Max. **Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

ZYLBERSZTAJN, D. Papel dos Contratos na Coordenação Agro-Industrial: Um Olhar Além dos Mercados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, SOBER, Rio de Janeiro, vol. 43, nº. 03, p. 385-420, julho/set 2005.